



Sociedade
da Informação
Brasil

SOCINFO/REL/0030

ANEXO IV

RECYT/MERCOSUL **Comissão Temática Sociedade da Informação**

Relatório de Progresso

(31 de maio de 2002)

Tadao Takahashi

Programa Sociedade da Informação/MCT

**MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



COMISSÃO TEMÁTICA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO RECYT/MERCOSUL

Relatório de Progresso

1. Antecedentes

Na reunião da Comissão Sociedade da Informação em Buenos Aires que antecedeu a XXVI Reunião da RECYT, este relator apresentou uma proposta de ação global da Comissão. Em linhas gerais, a proposta foi contemplada favoravelmente pelos participantes, e refletida nas proposições levadas à XXVI Reunião. Somando-se à proposição de ação referente a Bases de Dados levada pelo IBICT, chegou-se à lista de ações abaixo enumerada:

- (i). Acesso de bases de dados na página *web* da RECYT.
- (ii). Projeto de Observatório Mercosul da Sociedade da Informação.
- (iii). Apoio ao desenvolvimento social (hiato digital).
- (iv). Infra-estrutura em TICs.
 - Interconexão de redes Internet para P&D.
 - Desenvolvimento de plataformas abertas de aplicações de qualidade intensivas em conteúdo.
- (v). Apoio ao desenvolvimento econômico (comércio eletrônico).
- (vi). Apoio à Capacitação (*e-learning*).

Sobre estes itens, cabem os seguintes comentários:

1. O item (i) depende basicamente de discussões entre os grupos técnicos do Brasil (IBICT) e Uruguai, e segue seu curso normal.

2. O item (ii) deve ser concertado com ações no âmbito das Américas, como está sendo proposto pela CEPAL para a UN ICT Task Force na qual participam todos os países do MERCOSUL.
3. O item (iv) tem seu avanço condicionado à interligação entre os países do MERCOSUL a mais alta velocidade e à interligação do MERCOSUL com outras regiões, especialmente a América do Norte e a Europa. Para tal, uma articulação adequada com o Programa @LIS pode ser essencial, no nível do MERCOSUL.
4. O item (v) se refere a um tema em que a dimensão tecnológica deve ser considerada no âmbito da RECYT, embora suas implicações concretas devam ser consideradas no SGT-13 do próprio MERCOSUL. Para a RECYT, o tópico referente a Infra-estrutura de Chave Pública é de especial interesse.
5. O item (vi), que enfoca a possibilidade de organizar uma Escola Virtual de Sociedade da Informação para o MERCOSUL, ficou na dependência de uma proposta detalhada a ser enviada pelo Brasil, para complementar a discussão encetada na reunião da Comissão. Tal proposta deverá ser completada na semana de 10 de junho, pelas razões apontadas na próxima seção.

2. Reunião da UN ICT Task Force e o MERCOSUL

Há um intenso esforço de concertação de ações estratégicas em TICs no âmbito das Nações Unidas (bem como de outros foros, com os do G-8, G-15, Comunidade Ibero-americana, Cúpula das Américas, CITELOAS, etc.). No caso das Nações Unidas, tal esforço se traduz na UN ICT Task Force, cujo Comitê Executivo para a América Latina e Caribe se reúne nos dias 4 e 5 próximos em Santiago do Chile. O Comitê de Direção está sendo formado diretamente pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, através de correspondência a cada país da região.

A reunião da UN ICT Task Force em Santiago tem agenda que inclui temas que afetam diretamente o MERCOSUL. A posição brasileira na reunião será tentar que, a par da desejada estruturação das atividades de toda a região da AL&C de forma adequada, se logre trazer à frente das discussões os blocos regionais, como o MERCOSUL, a Comunidade Andina, etc. Dessa forma, conseguir-se-á que as deliberações no âmbito da Comissão Sociedade da

Informação na RECYT lograrão articulação política e, mesmo, apoio financeiro de iniciativas globais.

3. Conclusão

Depreende-se da discussão acima que os temas de Sociedade da Informação na RECYT/MERCOSUL guardam relação de proximidade e de relevância com a agenda de discussão de foros mais abrangentes. É portanto desejável que uma articulação mais precisa de interesses seja feita com tais iniciativas, particularmente com a UN ICT Task Force. Espera-se que, a partir da reunião de Santiago, efeitos positivos para a RECYT/MERCOSUL nos temas de Sociedade da informação sejam desencadeados.

Anexos:

- I – Proposta do Brasil para a Comissão Sociedade da Informação/RECYT/MERCOSUL (Abril 2002)

- II – Proposta de observatório sobre a Sociedade da Informação para a AL&C (ECLAC)

- III – Programa @LIS (Comissão Europeia)

- IV – Relatórios de Reunião do SGT-13 (Comércio Eletrônico) do MERCOSUL

- V – Agenda da reunião da Rede Regional para a AL&C da UN ICT Task Force

ANEXO I

Proposta do Brasil para a Comissão Sociedade da Informação/RECYT/MERCOSUL

(Abril 2002)



Sociedade
da Informação
Brasil

SOCINFO/DOC/0051

Notas sobre Possíveis Prioridades
para a Comissão Sociedade da Informação (CSI)
da RECYT/MERCOSUL

Tadao Takahashi

Programa Sociedade da Informação/MCT

1. Possíveis Diretrizes Gerais

- . RECYT com organismo de articulação política de estratégias em C&T.
- . RECYT como mecanismo de concepção, fomento e acompanhamento de grandes projetos indutores em C&T para a região.
- . CSI como braço da RECYT em temas estratégicos (políticos e científico/tecnológicos) relacionados com Sociedade da Informação.
- . CSI deve considerar como tópicos de interesse:
 - estratégias nacionais e regionais rumo à Sociedade da Informação;
 - infra-estrutura de TICs (redes, processamento de alto desempenho, ferramentas genéricas de “software”) para apoio a P&D cooperativa em áreas estratégicas;
 - fomento a P&D em temas estratégicos em TICs para o fortalecimento da infra-estrutura de TICs, para o desenvolvimento econômico, etc.;
- . CSI deve considerar poucos projetos de grande envergadura (e não muitos projetos de reduzida escala) e de impacto econômico-social. Os projetos devem ser articulados com outras instituições/mecanismos que serão os destinatários das atividades e resultados, uma vez cumprido o período inicial de decolagem no âmbito da RECYT;
- . CSI deve buscar financiamento externo (ao GMC) e montar coordenação externa à RECYT para cada projeto, visando assegurar execução concreta e estabilidade institucional.

...

2. Propostas para Novos Projetos

- . Em Infra-estrutura de TICs
 - Interconexão das redes Internet de P&D para experimentos e migração a Ipv6, aplicações de alta performance, etc.;
 - Plataformas abertas para aplicações intensivas em conteúdos e em processamento distribuído.
(Ex: Bibliotecas científicas digitais).

- Em apoio a desenvolvimento econômico (via fomento a Comércio Eletrônico)
 - Concepção e implantação de uma estrutura de PKI/Mercosul, em cooperação com o SGT-13 do GMC (que trata de Comércio Eletrônico);
 - Projeto-piloto de Comércio Eletrônico entre países do Mercosul, como “benchmark” de necessidades para impulsionar o tema na região.
(Ex: Um cliente no Paraguai tem acesso a um Website no Uruguai e compra uma maçã de um produtor argentino, a ser entregue a um destinatário no Brasil).

- Em apoio a desenvolvimento social (via inclusão digital)
 - Fomento a Telecentros, sua implantação e uso em países da região;
 - Fomento a experimentos de difusão de informações públicas e interação eletrônica de cidadãos via Internet (incluindo quiosques eletrônicos, servidores de informações públicas, etc.).

- Em apoio a capacitação e a coordenação de ações
 - Concepção de uma Escola Mercosul para a Sociedade da Informação, segundo modelo fortemente baseado em e-learning, composto por:
 - um seminário presencial por ano, voltado a pesquisadores e gestores de C&T (para algo como 40 participantes em cada edição)
 - quatro cursos via Internet a cada ano, dois por semestre. Os quatro iniciais poderiam ser:
 - “E-strategies” em Sociedade da Informação (para gestores e articuladores, ou para interessados em geral)
 - Bibliotecas Digitais no Mercosul: tecnologias, ferramentas e metodologias de implantação e manutenção
 - Projetos cooperativos via redes (ex: Genoma, monitoramento ambiental, BEOwulf, etc.)
 - Comércio Eletrônico: ferramentas de apoio, estratégias de implantação e consolidação.

(Obs – Um primeiro Seminário poderia ocorrer em julho/agosto de 2002; os primeiros dois cursos seriam ministrados no segundo semestre de 2002; os dois seguintes seriam ministrados no primeiro semestre de 2003; entretantes, se planejará o ano seguinte, como atividade a ser consolidada no Seminário em meados de 2003.)

ANEXO II

**Proposta de Observatório
sobre a Sociedade da Informação para a AL&C (ECLAC)**

ANEXO III

Programa @LIS (Comissão Europeia)

ANEXO IV

**Relatórios de Reunião do SGT-13 (Comércio Eletrônico)
do MERCOSUL**

**V REUNION DEL SUBGRUPO DE TRABAJO N° 13
“COMERCIO ELECTRÓNICO”**

Se realizó en la ciudad de Buenos Aires, República Argentina, entre los días 22 y 24 de mayo de 2002, la V Reunión del Subgrupo de Trabajo N° 13: “Comercio Electrónico” con la presencia de las delegaciones de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.

La Lista de Participantes consta como Anexo I.

La Agenda consta como Anexo II.

En la reunión se trataron los siguientes temas:

1.- FIRMA DIGITAL

En relación al Cuestionario Consolidado sobre Firma Digital distribuido electrónicamente previo a la reunión (Anexo IV), las delegaciones de Argentina, Brasil y Uruguay presentaron las respuestas al mismo que constan en los Anexos V, VI y VII, respectivamente.

La delegación de Brasil presentó un documento sobre “Infra-Estructura de Chaves Públicas do Mercosur – ICP – M, que se adjunta como Anexo VIII. Las delegaciones agradecieron a Brasil por este documento y concordaron sobre la importancia de desarrollar este proyecto, por lo cual se comprometieron a intercambiar información a fin de ajustarlo.

Asimismo, se fijaron las siguientes pautas de trabajo:

1.- Argentina confeccionará una matriz de equivalencia de términos referidos al reconocimiento de la Firma Electrónica y la Firma Digital, la cual será sometida a consideración de los países. Una vez circulada, cada parte completará la información correspondiente a su país.

2.- Los puntos focales de Argentina y Brasil confeccionarán un documento base respecto de las medidas jurídicas necesarias para, en una primera etapa, lograr el reconocimiento mutuo de certificados digitales entre los cuatro Estados Parte y, posteriormente, el establecimiento de directrices de norma común o el establecimiento de normas nacionales compatibles sobre Firma Digital. El mismo será elaborado en base al cuestionario consolidado oportunamente, distribuido y respondido por los Estados Parte. El documento será circulado y discutido entre los puntos focales a los efectos de su presentación en la próxima reunión.

3.- Brasil propondrá un punto de encuentro electrónico para el intercambio de información de trabajo de acceso exclusivo para los Estados Parte.

1.1.- Sincronización de Tiempos de Internet:

Las delegaciones intercambiaron opiniones sobre este tema y se comprometieron a realizar consultas con las autoridades locales de hora oficial a fin de conocer sus sugerencias para la sincronización y distribución de las señales horarias. Brasil propondrá y distribuirá un documento conteniendo informaciones sobre el tema de referencia.

2.- PROTECCIÓN AL CONSUMIDOR

En relación al Cuestionario Consolidado sobre Protección al Consumidor distribuido electrónicamente previo a la reunión (Anexo IX), las delegaciones de Argentina y Brasil presentaron las respuestas al mismo que constan en los Anexos X y XI, respectivamente.

Las delegaciones acordaron que los puntos focales de los Estados Parte intercambiarán información sobre los siguientes temas, y el resultado de la misma será analizado en la próxima reunión:

- 1.- Identificación de obstáculos en la normativa de defensa del consumidor que pudieren afectar el desarrollo de comercio electrónico.
- 2.- Identificación de buenas prácticas que debieran seguir los proveedores de bienes y servicios en la red.
- 3.- Solución de eventuales conflictos entre proveedores y usuarios.
- 4.- Cooperación entre las Agencias de Gobierno que aplican las normas de protección al consumidor de cada Estado Parte.
- 5.- Matriz comparativa de normas sobre Privacidad y Protección de Datos.

3.- LIBRO VERDE SOBRE COMERCIO ELECTRÓNICO MERCOSUR. COMPILACIÓN DEL TEMARIO PRELIMINAR, SOBRE LA BASE DE LOS APORTES DE LAS DELEGACIONES

Se acordó que en la próxima reunión del Subgrupo se analizará nuevamente el tema para determinar su factibilidad. No obstante esto, los Estados Parte que así lo deseen remitirán propuestas al sólo efecto informativo.

4.- CREACIÓN DE UNA MÉTRICA COMÚN PARA EL COMERCIO ELECTRÓNICO.

Las delegaciones intercambiaron opiniones sobre este tema y acordaron consultar modelos disponibles a fin de tenerlos como marco de referencia y definir el objetivo de contar con una métrica de esta naturaleza. Brasil señaló que elaborará un documento en la materia.

5.- MEDIOS DE PAGO

Las delegaciones intercambiaron opiniones sobre el tema. Brasil manifestó que elaborará un documento para su distribución con anterioridad a la próxima reunión.

6.- TRIBUTACIÓN

Se acordó que cada uno de los Estados Parte consultará a sus autoridades para conocer si están interesadas en analizar la directiva sobre aplicación del IVA en el Comercio Electrónico aprobada por la Unión Europea.

7.- RELACIONAMIENTO EXTERNO DEL MERCOSUR

7.1.- OMC

Sobre la base de los documentos distribuidos electrónicamente que constan en el Anexo XII, las delegaciones intercambiaron opiniones y acordaron analizar el tema internamente, el que volverá a ser discutido en la próxima reunión.

7.2.- ALCA

Las decisiones constan en el Anexo XIII.

7.3.- UE-MERCOSUR

Las decisiones constan en el Anexo XIV.

La delegación de la República Oriental del Uruguay manifestó que, en lo que se refiere a los puntos 1, 2 y 7 de la presente Acta, quedan ad referendum de las autoridades uruguayas, las que se expedirán en un plazo no mayor a 30 días.

**SUBGRUPO DE TRABAJO N° 13 – COMERCIO ELETRONICO
FIRMA DIGITAL**

CUESTIONARIO CONSOLIDADO

(Se ruega citar las normas respectivas en caso que sea posible)

1.- RESPECTO DEL MARCO REGULATORIO / LEGAL

1. ¿Qué proyectos de normas o normas positivas reconocen la validez del documento electrónico y/o la firma electrónica o digital?.
2. Si existe un proyecto de ley sobre comercio electrónico o firma electrónica. ¿Cuál es el estado de avance de su tratamiento legislativo?. ¿Qué alcances tiene a nivel federal?.
3. ¿Existen normas locales que le otorgan valor legal al documento electrónico o la firma electrónica? (contrataciones públicas, trámites por internet, pago de impuestos, etc)
4. Establece la normativa un procedimiento de licenciamiento o acreditación? Es voluntario u obligatorio?
5. Establece la normativa disposiciones relativas al reconocimiento de certificados extranjeros?
6. Qué impacto en el marco regulatorio general tendría un acuerdo de reconocimiento?
Prevalece un acuerdo internacional respecto de la ley nacional?
7. Distingue la normativa entre Firma Electrónica y Firma Electrónica Avanzada /Digital?
Qué valor jurídico asigna a cada una?
8. ¿Cuál es el alcance o ámbito de aplicación de la firma electrónica/digital en ese estado parte? ¿Tiene alcance general o parcial, es decir se aplica a las relaciones jurídicas privadas y públicas o sólo a alguna de ellas?
9. ¿Qué tipo de tecnología es utilizada para la implementación de la firma electrónica/digital?
10. ¿Es obligatoria o facultativa la utilización de la firma electrónica/digital? En caso de ser obligatoria ¿Sólo en el ámbito público o también en el privado?
11. ¿Cuáles son los estándares utilizados para la aplicación de la firma electrónica/digital en ese estado parte?

12. ¿Quiénes pueden ser autoridades certificadoras y bajo qué requisito esenciales?
¿Sólo puede serlo el sector público?
 13. ¿Cuál es la validez jurídica o el grado de reconocimiento legal asignado a los certificados emitidos por una entidad autorizada?
 14. ¿Se exige alguna tecnología en particular a los certificadores?.
 15. ¿Qué organismo público se encarga de regular y supervisar el sistema de firma electrónica?
 16. ¿Cómo se ha diseñado el esquema de responsabilidades por posibles daños?
 17. ¿Existen proyectos o se encuentra bajo consideración cualquier legislación que regulará la firma electrónica/digital? Explicar.
 18. Contempla la normativa la existencia de un organismo de contralor de la actividad de los proveedores de servicios de certificación? Es público o privado? A qué organismo se le asigna tal función?
 19. Contempla la normativa disposiciones particulares para el sector público?
 20. ¿La firma electrónica o digital ha sido implementada en ese estado parte?.
 21. É livre a prestação de serviços de certificação digital em seu país? É exigido algum tipo de autorização para que prestadoras de serviços de certificação possam exercer sua atividade em seu país?
 22. Em seu país, há algum tipo de processo de credenciamento (acreditamento, licenciamento, etc...) de prestadoras de serviços de certificação? É obrigatório ou voluntário?
 23. Em seu país, qual o valor jurídico de uma assinatura eletrônica baseada em certificado emitido por prestadora de serviços de certificação credenciada?
 24. São válidos em seu país os certificados emitidos por prestadora de serviços de certificação que não tenha se submetido ao processo de credenciamento (acreditamento, licenciamento, etc...)? Que efeitos jurídicos produzem?
 25. Para surtir efeitos jurídicos, é necessário que a assinatura eletrônica seja produzida a partir do uso de chaves criptográficas? A assinatura eletrônica a partir do uso de tecnologia diversa da criptografia assimétrica produz efeitos jurídicos em seu país?
 26. A emissão de certificados por prestadora de serviços de certificação exige a identificação do seu titular mediante a sua presença física? O certificado emitido sem identificação presencial do titular produz efeitos jurídicos? Quais?
-

2.- RESPECTO A LA INFRAESTRUCTURA - POLÍTICAS DE CERTIFICACIÓN - CERTIFICADOS

➤ Respecto del licenciamiento,

1. Qué esquema de licenciamiento tiene previsto?
2. Em seu país, a autoridade credenciadora (acreditadora, licenciadora, etc...) emite certificados para prestadoras de serviços de certificação credenciadas (acreditadas, licenciadas, etc...)? Ela fiscaliza as prestadoras de serviços de certificação não credenciadas (acreditadas, licenciadas, etc...)?
3. En el caso de decidir por una Autoridad Certificante raíz,
Qué software han adoptado para la Autoridad Certificante raíz? ¿Adoptaron un socio tecnológico para la Infraestructura de Claves Públicas o de Firma Digital?
4. ¿Qué servicios del Ente licenciante se prevé arancelar?
5. ¿Sobre qué base se calculará el arancel?
6. ¿Las Autoridades Certificantes son licenciadas por Política de Certificación?
7. ¿Se contempla la posibilidad de que una Autoridad Certificante Licenciada emita certificados bajo una política de certificación no autorizada por la Autoridad Certificante Raíz?
8. ¿Cómo miden la capacidad financiera de las Autoridades Certificantes?
9. ¿Han determinado exigencias de garantías y de patrimonio?
10. ¿Contemplan la constitución de seguros? Cuáles son las características de los seguros?
11. ¿Es obligatorio contar con seguros de caución?
12. ¿Qué recaudos han tomado para hacer frente a las potenciales demandas por daños y perjuicios de los certificadores licenciados ante compromiso de la clave privada o no cumplimiento en los tiempos de operación estipulados?

➤ Respecto del sistema de auditoría,

1. ¿Qué entidades están habilitadas para efectuar auditorías, además de la Autoridad Certificante Raíz, ya sea a pedido de la Autoridad Certificante o de la Autoridad Certificante Raíz?
-

2. ¿Existe un procedimiento de registraci3n para dichas entidades?
3. ¿Cuáles son los requisitos o criterios para dichas entidades?
4. ¿C3mo desarrolla la Autoridad Certificante Raíz su funci3n de auditoría?
5. ¿Es un sistema mixto que inicialmente esta a cargo de la Autoridad Certificante Raíz para el licenciamiento y luego se puede contratar una auditoría externa? Esto para cualquier nivel o sólo para las Autoridades Certificantes de 2do. Nivel.

➤ **Respecto de la existencia de proveedores de servicios de certificaci3n en el Sector P3blico,**

1. ¿Qué estrategia adoptaron para establecer las Autoridades Certificantes en la Administraci3n P3blica?
2. ¿Cuáles fueron los criterios para su elecci3n?
3. ¿C3mo trasladaron los criterios utilizados en la Administraci3n P3blica Nacional a los dem3s niveles estatales (provinciales/estadales y municipales)?
4. ¿Qué estrategia se adopt3 para establecer Autoridades de Registro dentro de la Administraci3n P3blica?
5. ¿Pueden existir Autoridades Certificantes Licenciadas privadas que emitan certificados digitales sobre procedimientos de validaci3n realizadas por Autoridades de Registro de organismos p3blicos?
6. ¿Existen disposiciones que establezcan la obligatoriedad de que los organismos p3blicos admitan tanto certificados digitales provenientes de certificadores p3blicos o privados?

➤ **Respecto del reconocimiento de certificados extranjeros,**

1. ¿Actualmente est3n reconociendo Autoridades Certificantes acreditadas en otros países?
 2. ¿C3mo lo implementan teniendo en cuenta que la tendencia internacional es no organizarse bajo el esquema jerárquico de AC Raíz?
 3. ¿Quais s3o, em seu país, os efeitos jurídicos produzidos por certificados emitidos no exterior? De que modo uma prestadora de serviç3s de certificaç3o estrangeira pode acessar o mercado de seu país?
-

➤ **Respecto de la revocación de certificados,**

1. ¿Qué procedimientos de validación de identidad utilizan para la revocación de certificados de Autoridades Certificantes?
2. ¿A quién corresponde la responsabilidad entre que se solicite la revocación y se publicó la lista de certificados revocados?
3. ¿Cuál es la frecuencia de publicación de la Lista de Certificados Revocados (CRL) de la Autoridad Certificante Raíz? ¿Dónde se publican las CRL de las AC de segundo nivel?

➤ **Respecto de la homologación de software,**

1. ¿Homologan las aplicaciones?. En caso contrario, cómo se garantiza la aplicación del punto 1.3.7. de las Políticas de Certificación (Brasil)?.
2. En caso de homologar, cuentan con pautas o estándares en los cuales se basan?

➤ **Respecto de las políticas de certificación y los certificados:**

1. ¿Qué diferencia además de la longitud de clave existe entre los cuatro niveles de políticas de certificación, tanto para firma digital como para sigilo?
 2. Respecto a los certificados de confidencialidad (sigilo). ¿Puede usarse el mismo par de claves para firmar digitalmente? Existe la figura de tercera parte confiable que preste los servicios de guarda de claves privadas de sigilo?
 3. ¿Cómo manejan los atributos de una persona. ¿Generando certificados de atributos? Solicitamos nos envíen un ejemplo con los atributos de un certificado emitido a un certificador licenciado.
 4. ¿Cómo resuelven tecnológicamente el particionamiento de la clave privada que indican en el punto 8.1.2. de la Declaración de Reglas Operacionales?
 5. ¿Qué atributos tienen los certificados para personas jurídicas, equipamiento y aplicaciones? ¿Existen procedimientos de validación diferentes?
 6. En virtud de la definición de certificado válido expresado en el punto 4.3.1. de la Declaración de Reglas Operacionales (Brasil), un certificado emitido por AC de 2do. Nivel no sería válido, debido a:
 - No figurara en la CRL de la AC Raíz
 - No puede ser verificado por el certificado de AC RaízEs correcta esta interpretación?
-

7. De la interpretación del punto 6.1.1. surgiría que el par de claves debe generarse en el equipamiento de la Autoridad de Registro. ¿Es esto correcto?

➤ **Em relação às prestadoras de serviços de certificação credenciadas:**

1. ¿É permitido o escrow, o back up, ou qualquer mecanismo de recuperação de chaves privadas ? Em caso afirmativo, em que circunstâncias e quais os procedimentos adotados?
2. ¿Quais os requisitos e procedimentos para geração do par de chaves e entrega da chave pública ao emissor do certificado? A quem cabe gerar o par de chaves criptográficas?
3. ¿Quais as exigências existentes sobre o tamanho de chave, a geração de parâmetros de chaves assimétricas, a verificação da qualidade dos parâmetros, a geração de chave por hardware ou software, a proteção da chave privada, os padrões para módulos criptográficos e os padrões para algoritmos criptográficos?
4. ¿Qual o padrão adotado para certificados e CRL ? Quais os tipos de certificados adotados, as extensões obrigatórias para certificados e CRL, os formatos de nomes admitidos e quais as restrições impostas ? Qual a semântica adotada para o processamento de extensões críticas?
5. ¿Que exigências são feitas em relação aos mecanismos de controles de acesso físico nas instalações que abrigam os sistemas de prestadoras de serviços de certificação e autoridades de registro (sistemas de detecção de presença, proteção contra incêndio, instalações back up externas, etc...)
6. ¿Os sistemas de validação de certificados implementados em seu país utilizam OCSP-Online Certificate Status Protocol ou apenas sistemas CRL?

➤ **Respecto de servicios adicionales vinculados a la firma digital,**

1. ¿Cuentan con procedimientos para un sistema de registro de la información relativa a la emisión de certificados?
 2. ¿Qué metodología y requerimientos utilizan para el almacenamiento y resguardo físico de la información?
 3. ¿Cuentan con un servicio de time-stamp para fechar la conservación de documentos? ¿Podemos contar con un breve detalle del proyecto de sincronización de relojes para fecha cierta?
-

4. Qual a entidade que define a hora legal em seu país ? Esta entidade distribui sinais on line para sincronização de tempo e frequência nas redes de computadores, registros de log e serviços time stamping ?
5. ¿Existe la figura de tercera parte confiable que preste los servicios de guarda de información digital?
6. ¿Contemplan en su normativa procedimientos de copias en distintos soportes (p.e. copia autenticada en papel de un documento electrónico firmado digitalmente?

3. RESPECTO DE LAS APLICACIONES QUE UTILIZAN FIRMA ELECTRÓNICA/DIGITAL.

1. ¿Qué aplicaciones de trámites por Internet se desarrollan en el Sector Público (Federal/ /Estadual/Municipal)?.
 2. Que aplicações no âmbito do governo utilizam certificados digitais? Há outras em desenvolvimento? Qual o volume de certificados que se estima utilizar nessas aplicações?
 3. ¿Qué aplicaciones de trámites por internet se desarrollan en el Sector Privado?
 4. ¿Qué aplicaciones o proyectos tienen actualmente que utilicen la tecnología tanto dentro del Estado como en su interacción con la ciudadanía?
 5. ¿Que grado de aceptación tiene dentro de los agentes públicos? ¿Qué estrategia han adoptado para propagar su utilización? ¿Se han desarrollado aplicaciones que permiten la utilización masiva de la Firma Digital dentro de la administración?
 6. Respecto al almacenamiento de documentos firmados ¿Qué experiencia tienen? ¿Como los almacenan?
 7. ¿Utilizaron para el desarrollo de aplicaciones herramientas de form-sign? ¿Han evaluado productos?
 8. ¿Qué método utilizan para asegurar la recepción para el remitente?(acuse de recibo)
 9. En una aplicación, por cada transacción. ¿En que momento se verifica la firma?
 10. ¿Utilizan el concepto de Autoridades de Verificación para verificar la firma en una transacción?
-

Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Mercosur ~ ICP-M

versão 1.0

- Definição** : Infra-Estrutura Regional formada pelo conjunto harmonizado de Infra - Estruturas Nacionais , autônomas porém compatibilizadas juridicamente e niveladas tecnologicamente , com os macro objetivos de :
- garantir a segurança do fluxo de informações intra e extra bloco ;
 - melhorar a competitividade internacional dos países membros pela disseminação e intensificação do uso das modernas tecnologias da informação nos Setores Público e Privado;
 - fortalecer o mercado regional de serviços de alto valor agregado .

Objetivos Parciais	Comentários	Instrumentos
<ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento Legal dos Certificados Digitais , das Assinaturas Eletrônicas e dos Documentos Eletrônicos• Livre Circulação de Certificados Digitais , Certificados de Atributos, Assinaturas Eletrônicas , Documentos Eletrônicos , Produtos de Certificação Digital• Incremento do Fluxo de Comércio Eletrônico	<ul style="list-style-type: none">• Objetivos Parciais Mínimos .• Compatibilidade Jurídica• Interoperabilidade Jurídica• Nivelamento Tecnológico• Interoperabilidade Tecnológica• Negociação de um documento de referência , a partir do qual possa ser formalizado um acordo entre os Países Membros.	<ul style="list-style-type: none">• Grupo Temático – Pontos Focais

<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos Mercados de Provedores de Serviços de Certificação , Validação , Time Stamping , Diretórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a Mercados <ul style="list-style-type: none"> • A formação de um Mercado Comum dependerá de se conseguir atingir ao primeiro grupo de objetivos e também de como cada um dos membros encarar a questão da abertura do seu mercado interno de serviços e tem portanto uma dimensão política adicional . 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Temático – Pontos Focais
<ul style="list-style-type: none"> • Integração e Cooperação nas áreas de Suporte , Auditorias , Laboratórios de Homologação e Certificação de Conformidade de Bens e Serviços , Pesquisa e Desenvolvimento , Treinamento e outros . • Hora Legal , formação de malha sincronizando as Entidades Nacionais de Referência . 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à Tecnologia • A Cooperação Regional nestes campos depende muito mais de decisões politico-administrativas a nível de Ministérios do que de acordos formais a nível de bloco , cabendo identificar os temas de maior interesse e a conveniência em estabelecer programas conjuntos . 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Temático – Pontos Focais
<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos Complementares nas Infraestruturas Nacionais <ul style="list-style-type: none"> ○ Nivelamento Tecnológico ○ Software e Hardware ○ Treinamento ○ Laboratórios Regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • O ideal seria que o mercado fosse suficientemente forte para atrair Provedores de Serviços , financiando e amortizando os investimentos . • Nem sempre está condição existirá plenamente e poderá ser necessária a participação direta de Órgãos Governamentais e o financiamento direto pelo Governo . • Um acordo pressupõe o nivelamento tecnológico, trata-se de uma questão de segurança da informação, para conseguí-lo poderão ser necessários alguns investimentos complementares . 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Temático – Pontos Focais • Identificar Fontes de Financiamento e alavancar recursos para investimentos nacionais e para um programa de investimentos complementares visando fortalecer a infra-estrutura tecnológica da região.

<ul style="list-style-type: none"> • Interoperabilidade <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente Multivendor 	<ul style="list-style-type: none"> • Este tema necessita atenção específica e permanente e deve constituir um objetivo a ser atingido a médio ou longo prazo . • Programas e Laboratórios dedicados à questões de Interoperabilidade. • Acordos de Cooperação com Laboratórios e Entidades Internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Temático – Pontos Focais • Provedores de Soluções - Software e Tecnologia Para Certificação Digital • Prestadores de Serviços de Certificação • Laboratórios com Programas Específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de Aplicações e de Produtos de Certificação Digital • Desenvolvimento de Tecnologias Habilitadoras 	<ul style="list-style-type: none"> • A formula mais óbvia para atrair investimentos no setor de Serviços de Certificação Digital é criar mercado para os Provedores de Serviços , o que se consegue pelo desenvolvimento e implantação de aplicações . • Com poucas exceções , o mercado de Certificação Digital tem surgido e se desenvolvido a partir de grandes programas de Governo e dificilmente no será diferente no Mercosur. • O Brasil , ao implantar importantes programas nas esferas Federal e Estadual , criou as condições que estão alavancando a ICP Brasil , os Prestadores de Serviços de Certificação e a Sincronização de Tempo . 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo Temático – Pontos Focais • Órgãos dos Governos, Comunidade Acadêmica e Empresas • Identificar Fontes de Financiamento para Programas Nacionais e para Programas de Cooperação Internacional <ul style="list-style-type: none"> • RECYT/BID • @LIS / Comunidade Europeia/ Alliance for Information Society • Outros

<ul style="list-style-type: none"> • Negociações Internacionais <ul style="list-style-type: none"> ○ Comunidade Européia , Alca <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fluxo de Informações ▪ Acesso a Mercados ▪ Acesso à Tecnologia ▪ Competitividade 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamental negociar o primeiro grupo de objetivos. • Igualmente importantes seriam acordos de Cooperação Tecnológica nas áreas de Suporte , Auditorias , Laboratórios de Homologação e Certificação de Conformidade de Bens e Serviços , Normatização , Pesquisa e Desenvolvimento , Treinamento, Interoperabilidade e outros a determinar . 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministérios de Relações Exteriores
<ul style="list-style-type: none"> • Negociações na Aladi <ul style="list-style-type: none"> ○ Acesso a Mercados ○ Acesso à Tecnologia ○ Competitividade 	<ul style="list-style-type: none"> • A competitividade dos Latino Americanos poderá aumentar bastante caso possam melhorar suas infraestruturas internas e modernizar a gestão dos Setores Público e Privado . • Acesso e uso das modernas tecnologias da informação . 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministérios de Relações Exteriores
<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação Geral <ul style="list-style-type: none"> • Orçamento 		<ul style="list-style-type: none"> • Ministérios de Relações Exteriores

ANEXO V

**Agenda da Reunião da Rede Regional para a AL&C
da UN ICT Task Force**



UN ICT TASK FORCE REGIONAL NETWORK FOR LA&C

First Meeting of the Executive Committee



Agenda

Venue / Dates

Venue: ECLAC (CEPAL)
Address: Avenida Dag Hammarskjold sin numero, Rotonda de Vitacura o Rotonda Peres Zujovic
Santiago, Chile
Phone: +56 2 210-2651
Fax: +56 2 210-2590

Dates: June 4-5, 2002

Programme

June 4

- 2:00 – 2:30 PM – Welcome Address
(ECLAC, UN ICT TF)

- 2:30 – 4:30 PM – Current Situation of UN ICT TF and other international initiatives on ICT for Development
 - G-8 Task Force
 - World Summit on Information Society
 - Agenda for Connectivity in the Americas (CITEL)
 - GDOI Initiative
 - ICA Initiative
 - Program @LIS – European Commission

- 4:30 – 5:00 PM – Break

- 5:00 – 6:30 PM – The Regional Network: Where are we
 - Steering Committee
 - Consultative Committee
 - Other Regional Networks
- 8:00 – 10:00 PM – Dinner

June 5

- 8:00 – 10:30 AM – The Regional Network: What to consider
 - National initiatives in the region (Paraguay, Peru, Panama, etc.)
 - Horizontal Initiatives / Proposals
 - Observatory for LA&C
 - Media Lab Latin America
 - CiberAmerica (OEI)
 - Digital Cities (AHCJET)
 - Regional Initiatives
 - IDB
 - UNESCO
 - etc.
- 10:30 – 11:00 AM – Break
- 11:00 – 12:45 PM – The Regional Network: What to do
 - Action Plan
 - Supporting Secretariat
 - Next Steps
- 12:45 – 1:00 PM – Conclusion